



Pessoas e presenças trans: academia e internet como espaços de construção de conhecimento

MARILIA NERI¹
SÔNIA SAMPAIO²

Resumo

Esse trabalho discute a produção de conhecimento sobre pessoas trans no Brasil na academia e internet, a partir da ecologia de saberes, convivência dos saberes sem hierarquização. A ciência tradicional, criticada por destacar grupos socialmente excluídos como objetos de pesquisa, parece ter muito a aprender. A partir do levantamento de produções na base de dados Scielo percebi dois temas de interesse nas pesquisas: saúde, com ênfase no processo de transexualização e normatização de um corpo “padrão”; e a violência, sendo o Brasil um dos países mais perigosos para pessoas trans. Muitos trabalhos incluem transgêneros na sigla LGBTTT o que aponta uma generalização dos estudos, sem enfoque específico. A análise na Scielo e CAPES demonstram outras áreas silenciadas, como educação, importante ferramenta para inclusão e desenvolvimento. Através da ascensão de uma produção acadêmica e política, autoras e autores também buscam suprir uma produção de subjetividades em primeira pessoa, afastada de uma construção academicista que rotula, classifica e reforça a violência contra pessoas trans. Exemplos de pesquisadoras com um viés político e de resistência são Jaqueline Gomes de Jesus e Viviane Vergueiro, entre outras. A internet também se configura como um espaço político e de produção de conhecimento, destacando as redes sociais, zona de construção, de compartilhamento de relatos que tocam outras subjetividades, além de articulação de manifestações. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais, com 12 mil curtidas no Facebook, apresenta dados sobre violência contra pessoas trans que não são identificados em sites “oficiais”. Esses dados são criados e divulgados na internet, importante ferramenta política dessa realidade ainda invisibilizada. A partir da ecologia de saberes, podemos destacar que existe um movimento que extrapola a ciência tradicional, o que ratifica a necessidade de construir uma sociedade em que diversos conhecimentos possam dialogar e conviver em busca de visibilizar grupos historicamente excluídos.

Palavras-chave: gênero; pessoas trans; redes sociais; conhecimento; ecologia de saberes.

Introdução

Este trabalho deriva de uma tese de doutorado em andamento sobre a presença de pessoas trans em uma universidade pública brasileira, com destaque para as dificuldades que enfrentam em suas trajetórias educacionais e o impacto da cisnormatividade na formação de cidadãos³ e futuras

1 Psicóloga, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia e bolsista do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento. Universidade Federal da Bahia, email: marilianeri@gmail.com.

2 Docente e coordenadora do grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE/UFBA). Universidade Federal da Bahia E-mail: sonia.sampaio@terra.com.br.

profissionais. Com o que obtivemos até aqui, no trabalho de revisão da literatura, apresentamos uma discussão que articula a construção de conhecimento sobre pessoas trans e a ecologia de saberes, conceito proposto por Boaventura de Sousa Santos. A partir da compreensão da valorização de diferentes saberes, destacamos a produção sobre essas pessoas nos contextos acadêmicos e também da internet, importante ferramenta e plataforma de divulgação de conhecimentos.

A compreensão do pensamento abissal, conceito fundante das Epistemologias do Sul, demonstra que o mundo é dividido em dois lados e que apenas um lado pode ser visibilizado, sendo o Norte predominante sobre os países do Sul. Essa concepção de Norte e Sul não se reduz apenas a um entendimento geográfico, pois houve uma parte do Sul que foi submetido ao colonialismo europeu e não atingiu os níveis de desenvolvimento do Norte. Ao mesmo tempo, existem grupos de pessoas sujeitos à dominação capitalista e colonial no Norte assim como grupos no Sul que podem ser considerados “pequenas europas”, como os grupos de elite (SANTOS, 2009).

Essa divisão pode ser observada em relação ao conhecimento. A dominação colonial do Norte, que ainda se mantém, suprimiu outros saberes para a manutenção de uma verdade universalizante, além disso foi responsável pela injustiça para povos e países desse Sul simbólico, estabelecendo um epistemicídio, a marginalização dos conhecimentos outros pela ciência moderna (SANTOS, 2008). Entretanto, é importante destacar que o conhecimento considerado válido se estabelece dentro de um determinado contexto, do ponto de vista da cultura ou da política. Assim, um conhecimento generalista que busque responder a todas as regiões e contextos mundanos deve ser questionado sobre o risco da manutenção de uma epistemologia dominante do Norte calcada em aspectos como a colonialidade e o capitalismo (SANTOS, 2009). Ao mesmo tempo, um risco desse conhecimento universalizante é a desvalorização dos conhecimentos contextuais, subjugando saberes locais, transformando-os em mero conteúdo para o desenvolvimento do conhecimento científico dominante. Por isso, é importante não apenas a construção de uma justiça social, mas sim de uma justiça cognitiva.

A justiça cognitiva se estabelece na possibilidade de reconhecimento da diversidade de saberes, sem que haja uma hierarquização ou classificação que aponta os melhores ou mais verdadeiros do que outros, permitindo uma convivência plural e como compreende Valença (2015: 24) *“gerando respeito entre os distintos saberes, oriundos de contextos diversos, desconsiderando privilégios,*

3 Destacamos que nesse texto serão utilizados os artigos femininos como uma referência à pessoas. Essa escolha decorre de um posicionamento político e crítico que questiona o uso do artigo masculino como universal para se referir a todos os seres humanos.

hierarquias e desigualdades". Ou como afirma Visvanathan (2004: p. 769), ela é um *"direito constitucional que diversos sistemas de conhecimento têm de existir, dialogar e debater entre si"*.

Essa convivência entre saberes compõe a ecologia de saberes, *"enquanto rede composta de múltiplas narrativas interligadas"* (MENESES, 2009: 235), o que pode permitir a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Essas são compreensões-chave para uma compreensão pós-colonial do conhecimento.

Ao considerarmos diferentes formas de conhecimento, não haverá *"privilégios extra-cognitivos (sociais, políticas, culturais)"* (SANTOS, 2008: 137) para os detentores do conhecimento científico ou mais valorizado. Para esse autor, esse cenário seria diferente se o conhecimento não fosse importante para a sociedade ou fosse equitativamente distribuído para todas as pessoas. Da mesma forma, Santos (2008: 137) irá afirmar que não *"há nem conhecimento puros, nem conhecimentos completos; há uma constelação de conhecimentos"*. Assim, a ecologia de saberes permite o desenvolvimento de uma justiça cognitiva em que os conhecimentos habitam a sociedade sem hierarquias ou classificações.

A ciência tradicional, construída, permitida e legitimada pelo e para o homem branco, cisgênero e heterossexual, afasta outras formas de existência e, muitas vezes, atribuiu aos que não estão incluídos nessa ampla categoria, a responsabilidade pelos seus insucessos. Da mesma forma, a sociedade ao valorizar apenas o conhecimento científico construído em espaços instituídos, relega aos outros conhecimentos a invisibilidade e a subalternização. Schiebinger (2001: 48) considera que a ciência, detentora do conhecimento-verdade, destaca que essa *"formalização rigorosa da ciência"* ocorre a partir do século XIX, com consequências que se alongam até a contemporaneidade. Essa autora aponta ainda que houve um impedimento do acesso de mulheres à ciência, que antes dessa formalização não era observada.

Se observarmos de forma mais atenciosa a história é possível identificar feitos e progressos científicos de mulheres em outras áreas e regiões do mundo sobre o conhecimento a respeito do parto, utilização de ervas no âmbito da saúde e sobre a geografia dos seus ambientes de moradia. Essas mulheres, inclusive, nem sempre possuíam uma posição social destacada. O advento da profissionalização da ciência no século XIX, afastou as mulheres da produção do conhecimento. *"As instituições científicas - universidades, academias e indústrias - foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias"* (SCHIEBINGER, 2001: 69).

O alijamento de mulheres dos espaços científicos e, igualmente, de pessoas negras, se mostra consistente ao longo da história do ocidente culto. Especificamente em relação às mulheres, as

conquistas de seu acesso aos espaços de produção de conhecimento foram garantidas não a partir da compreensão da importância dessa inclusão, mas sim como consequência de fatores históricos e sociais, especialmente de embates pessoais para garantir seu acesso a esse mundo fechado, deixando claro que sua participação não era considerada crucial. *“A história das mulheres na ciência, contudo, não foi caracterizada por uma marcha rumo ao progresso, mas por ciclos de avanço e recuo. A situação das mulheres mudou junto com as condições sociais e os climas de opinião”* (SCHIEBINGER, 2001: 74) o que reverbera até hoje no campo dos estudos sobre a história das mulheres.

Dessa forma, ao questionarmos a ciência como um espaço ainda não aberto à livre participação, não desconsideramos sua importância, mas sim problematizamos a concentração evidente de poder em mãos masculinas. Defendemos uma ciência crítica, que assume posições já que a neutralidade não resulta em avanços: *“Com respeito a gênero, raça, e muito mais, entretanto, a ciência não é neutra. Desigualdades de gênero, incorporadas nas instituições da ciência, influenciaram o conhecimento saído destas instituições”* (SCHIEBINGER, 2001: 205-206). A partir do entendimento da ecologia de saberes, afirmamos que não é apenas a ciência que produz um conhecimento válido e fundamentado. O chamado senso comum, o conhecimento desenvolvido por tradições populares e pelos movimentos sociais exigem sua valorização e reconhecimento.

Como afirma Santos (2017), o potencial de produção de conhecimento produzidos pelos movimentos sociais merecem garantia de divulgação e preservação. O mais importante, segundo esse autor, é que movimento não seja realizado por quem estuda os movimentos, mas sim por quem os integram e constroem. São esses atores que são convidados a narrar e afirmar os conhecimentos que produzem, sem o auxílio de intérpretes ou porta-vozes.

De alguma forma, essa compreensão se aplica às pessoas trans e seus movimentos de resistência. A discussão sobre pessoas transgênero é marcada por um prisma vasto em que escolas ou núcleos de saber apresentam diferentes nomenclaturas e considerações. Entretanto, há um consenso de que os trans se reconhecem e desejam ser reconhecidos pelo gênero oposto do designado ao nascimento. Por conta desse desejo de reconhecimento, pessoas que escapam dos padrões *“problematizam a lógica hegemônica de sexo biológico como determinante da identidade de gênero e, por esse motivo, assim como qualquer pessoa que fuja da lógica binária e dicotômica, são encaradas com estranhamento”* (POPADIUK, OLIVEIRA & SIGNORELLI, 2017: 1510).

Bento e Pelúcio (2012) apresentam que as primeiras definições sobre transexuais foram realizadas em uma tentativa de diferenciar homossexuais e transexuais. Na década de 1950, o endocrinologista Harry Benjamin utilizou o termo *“fenômeno transexual”*, para classificar a *“relação de abjeção que as pessoas transexuais têm com as genitálias”* (BENTO & PELÚCIO, 2012: 570). Para esse médico, a

cirurgia seria a única alternativa, mas haviam critérios ditos científicos para identificação de “transexuais verdadeiros”. Essas cirurgias também ganham força nas décadas de 1960 e 1970 e na década de 1980, a inclusão da transexualidade no CID reforça, além de “validar” cientificamente, o seu caráter patológico (BENTO & PELÚCIO, 2012).

Bento e Pelúcio (2012) criticam ainda o fato do saber médico ser responsável por definir o que é um “transexual de verdade” ou que determinadas normas de gênero sejam responsáveis pela patologização de pessoas. *“Não existem testes clinicamente apropriados e repetíveis ou testes simples e sem ambiguidades. O que assusta é perceber que tão pouco conhecimento, credenciado como científico, tenha gerado tanto poder”* (: 573).

No século XX houve uma apropriação do fenômeno transexual pela medicina, principalmente com o desenvolvimento de uma teoria da endocrinologia, ao mesmo tempo em que se desenvolveu uma linha teórica psicossocial, com base psicanalítica que encara a transexualidade como relacionada à psicose ou ainda *“como pertencendo a um grupo de casos ditos limites, os quais se situam ao mesmo tempo entre a neurose e a psicose”* (ARÁN, ZIDHAFT & MURTA, 2008: 72). O que percebo é que essas teorias, desenvolvidas por pessoas que se utilizam da ciência para definir verdades, como afirma Arán (2006: 50), *“estão fundadas numa matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade”* e não dão conta da amplitude contemporânea com a qual essa experiência tem se apresentado, considerando também questões culturais (ARÁN, ZIDHAFT & MURTA, 2008) e históricas.

Considerada uma das mais importantes autoras dos estudos de gênero, Judith Butler desenvolve uma teoria sob a influência de autores que vão de Foucault a Freud, e que critica as identidades, por considerar que, essas atribuições, quando realizadas, *“tem efeito de oprimir e limitar as singularidades humanas que são amplas e infinitas”* (SILVA, 2018: 39) Essa autora realiza uma crítica sobre os perigos da utilização de identidades de gênero para identificar pessoas. Da mesma forma, ela questiona o binarismo homem x mulher como um limitante para a identidade pessoal, já que esse binarismo afeta, diretamente, as pessoas que não se reconhecem/adequam a ele. Ao mesmo tempo em que esse binarismo, em relação ao feminino, exclui outras intersecções, *“a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, que tanto constituem a “identidade” como tornam inequívoca a noção singular de identidade* (BUTLER, 2003: 21).

Dessa forma nos apoiamos no argumento de Silva (2018) para afirmar que não há um questionamento sobre ações e demandas de grupos que são socialmente oprimidos e invisibilizados. Ao questionar as categorias e as identidades, estamos buscando refletir sobre o mundo como essas

identidades são construídas, muitas vezes enquanto verdades e a violência que resulta dessas cristalizações.

Butler (2003) questiona a busca por uma representatividade ou identidade do que é uma mulher, pois essa sempre irá ser normatizada e excluirá algumas possibilidades. Da mesma forma, o gênero, enquanto complexidade não totalizante permite que identidades sejam instituídas e abandonadas a partir do contexto no qual elas se desenvolvem. Ao mesmo tempo, Butler desestabiliza o que está posto sobre o gênero já que considera que existem expressões que não se encaixam nas categorias já estabelecidas; a ideia não é patologizar quem se “desvia”, mas sim questionar as categorias e perceber as possibilidades de expressão do que ela chama de matrizes das desordens do gênero.

(...) Certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa atriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero. (BUTLER, 2003: 39)

Esta visão vai ao encontro do que afirma Chnaiderman (2014: 9) que “*debruçar-se sobre as novas sexualidades no mundo de hoje é tarefa mais do que necessária. É preciso coragem e abertura para o que não cabe nos padrões instituídos*”. Da mesma forma, os estudos sobre gênero carecem de uma visão ampliada que não se restrinja às questões meramente biológicas e, muitas vezes, naturalizada, bem como que ultrapassem uma visão binária de um mundo desenhado em opostos: homem x mulher.

A partir dessas compreensões, esse trabalho discute a produção de conhecimento sobre pessoas trans no Brasil na academia e na internet, tendo como partida a ecologia de saberes, ou seja, a convivência dos saberes sem hierarquização. Serão apresentadas nas seções seguintes a metodologia, com os procedimentos realizados para identificação de artigos em bases de dados, os resultados e discussão, articulando a teoria com os resultados bem como a produção localizada na internet. E, por fim, as considerações finais.

Metodologia

As pesquisas sobre pessoas trans têm ganhado força ao longo dos anos, contudo em algumas áreas esse ainda se coloca como um tema novo, que ainda demanda de estudos que auxiliem a compreensão no campo. Nessa seção, apresentamos o levantamento bibliográfico das produções científicas, disponíveis em duas bases de dados brasileiras, a biblioteca eletrônica de periódicos científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no portal de periódicos da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com base nos últimos dez anos (2008 – 2018) de publicações.

Na base de dados Scielo, foram utilizados os descritores e/ou combinações deles: transgênero; transexual; transgênero e ensino superior; transgender students e higher education. Enquanto no portal de periódicos da CAPES foi utilizada a combinação “transgênero” e “ensino superior”. Após a seleção, foi realizada a leitura dos resumos e a exclusão de artigos que não se encaixavam no tema proposto. Esses resultados serão apresentados e discutidos na seção posterior.

Resultados e Discussão

Nessa seção serão apresentados os artigos selecionados e a construção de uma articulação entre os conteúdos das publicações científicas e o das produções em outros espaços da internet, a partir da ecologia de saberes. Os artigos foram analisados em relação ao seu conteúdo, bem como utilizamos outros trabalhos e autores que abordam temas pertinentes às temáticas trans, na academia e ou na internet.

Em relação à revisão bibliográfica, o descritor “transgênero” apontou 29 artigos produzidos na última década. A análise dos resumos aponta que existem dois grandes temas de interesse nas pesquisas: saúde e violência. Em muitos trabalhos, os transgêneros são incluídos na sigla LGBTT, sigla utilizada para se referir a lésbicas, gay, bissexuais, transexuais e transgênero, o que demonstra uma generalização dos estudos, sem o enfoque em um público específico. Apenas um estudo trata o tema da educação ao propor uma “discussão em torno das possibilidades de uma educação ambiental queer”, porém sem relacionar, especificamente, a educação de pessoas trans. Esses dados apontam para o foco de interesse dos pesquisadores sobre as pessoas transgênero voltados para os campos da saúde e das temáticas da violência bem como o silenciamento frente à educação.

O descritor “transexual” resultou em 23 artigos. O foco dos trabalhos analisados aponta para um interesse sobre a saúde dos travestis, tema presente em nove artigos, principalmente em relação ao processo transexualizador, com apenas um artigo abordando a questão do planejamento familiar e a reprodução assistida. Entre os outros artigos, cinco abordam temas relacionados a presença de pessoas trans nos contextos políticos de movimento sociais e candidaturas, como análises sobre o movimento trans, o movimento LGBTT e a candidatura de transexuais para as eleições. Os demais artigos discutem temas relacionados à violência, à visão da psicanálise sobre a transexualidade e as definições dos termos “travesti” e “transexual” e as representações sociais atreladas a esse público. Apenas um artigo aborda a educação, vinculado às representações sociais que professores e

professoras do ensino médio possuem sobre a diversidade sexual, o que novamente confirma uma ausência de enfoque específico para as pessoas trans.

Na base Scielo, a pesquisa da combinação do descritor “transgênero” com o “ensino superior” resulta em zero artigos encontrados assim como a combinação como “transgender students” e “higher education”. Em relação a plataforma CAPES, foram encontrados, a partir da combinação de descritores “transgênero e ensino superior”, 9 artigos. Após a análise, constatamos que essas produções não apresentam em suas palavras-chave o descritor “ensino superior” e abordam temas diversos como a discussão sobre temas relacionados ao gênero de forma geral, sem especificamente tratar sobre transgêneros. Apenas dois trabalhos se relacionam com a educação, sendo um o mesmo artigo sobre o percurso acadêmico educacional de professoras trans no Brasil já identificado e o segundo, uma análise do perfil sociodemográfico e clínico de estudantes matriculados em uma universidade federal brasileira que foram atendidos em um serviço de saúde.

Esses resultados demonstram que as pesquisas e conhecimentos sobre pessoas trans concentram-se em duas áreas que merecem ser problematizadas: saúde e violência. Há, durante o processo sexualizador, um forte poder da medicina e de outras áreas da saúde; ao mesmo tempo, o interesse em relação à violência reflete o cotidiano e o silenciamento sobre essas pessoas e outras possíveis vivências. As pessoas trans precisam ser analisadas para além de uma compreensão de “adequação” a normas sociais para serem reconhecidos pelo gênero que se identificam ou mesmo por não se enquadrarem em nenhuma dessas categorias. Apesar da importância da discussão sobre saúde e violência, pensamos que é necessário expandir a discussão sobre pessoas trans para fora desse círculo ainda restrito de conhecimento. O silenciamento em relação à educação parece apontar para lacunas importantes da pesquisa que se debruce sobre a presença de pessoas trans em contextos escolares garantindo que elas construam conhecimentos sobre elas mesmas, abandonando o lugar de mero “objetos” ou “sujeitos” de pesquisa.

Por isso, destacamos o trabalho de pessoas trans que conseguiram superar a difícil trajetória escolar transfóbica e violenta e se estabelecer enquanto produtoras de conhecimentos baseada em suas próprias realidades. Autoras citadas como Jaqueline Gomes de Jesus e Viviane Vergueiro, mas também podemos falar de Luma Nogueira Andrade, Hailey Kaas e Marina Reidel, entre outras.

Além da presença em espaços acadêmicos, pessoas trans são também protagonistas de conteúdos na internet, divulgados em redes sociais, sites e/ou espaços de ativismo. Como afirma Viviane Vergueiro, mulher trans, professora, transfeministas e transativista, em um artigo de opinião publicado no site “GATE - Working on Gender Identity, Gender Expression and Bodily Diversity”: *“De acordo com os poucos dados que temos disponíveis, e com as redes de ativismo de que faço parte, a*

situação atual de pessoas trans no Brasil continua preocupante e se constitui como parte dos processos de genocídio trans no mundo” (VERGUEIRO, 2015: n. p.)

Para essa autora, além das violências individuais, violências institucionais na área da saúde e da educação são dados da atualidade. A patologização e a segregação é o pano de fundo de muitas das falas “oficiais” sobre pessoas trans. Essa autora destaca ainda vitórias em instituições como universidades e a Defensoria Pública, para acesso e uso de nome social, além da presença de pessoas trans como *“é notável a participação crescente de ativistas trans travestis em espaços políticos, desde espaços institucionais como a Secretaria de Direitos Humanos, até as ruas e atividades públicas” (VERGUEIRO, 2015: n. p.)*.

A presença de pessoas trans também é relatada por Wendy Yu (2017), mulher trans que escreveu uma monografia de conclusão de curso que aborda o relato de pessoas trans em uma das mídias sociais, o YouTube:

Apenas dois ou três anos depois, já na faculdade (momento importante em que comecei a sair da minha bolha cisheteronormativa), tive contato com textos de mulheres transativistas (inicialmente Sofia Favero, Daniela Andrade, Hailey Kaas, mais tarde Maria Clara Araújo) por meio das redes sociais. Esse contato inicial com o transfeminismo foi responsável por expandir meus horizontes de existências possíveis para mim. Me permitiu nomear algo que eu sentia, mas não conseguia colocar em palavras. A partir daí comecei a ler mais e mais sobre o tema (como curiosidade, me dizia a princípio), meu segredo. Em algum ponto nesse caminho, percebi que era isso o que eu era. Existia, tinha um nome e eu não estava só. Não houve um momento específico de epifania, não gritei eureka!, foi apenas uma hipótese, inicialmente fraca, tímida, rouca, que se insinuou pouco a pouco no meu pensamento até que, quando percebi, já havia se consolidado como certeza, a flor que nasce no meio do asfalto. (YU, 2017: 92).

É importante destacar que o trabalho citado analisa pessoas trans a partir do relato de uma mulher trans, o que potencializa a visibilidade trans que, como afirma a autora, não é reconhecida em mídias tradicionais e, por consequência, podemos inferir, na sociedade de uma forma geral. A autora destaca o olhar sobre o caráter de exotismo e de “aberração” que é destinado às pessoas trans. *“O viés dessas representações é medicalizante, exotificante, marginalizante, sempre nos colocando no lugar do menos-que-humano (...)” (YU, 2017: 80-81)*. A internet possui, como ela mesmo afirma, um espaço de construção sobre pessoas trans construído por pessoas trans. *“A internet possibilita o deslocamento desse olhar, de forma que o que diz Martín-Barbero sobre as novas possibilidades de cidadanias possíveis para as minorias sociais se faz visível”*. (YU, 2017: 81).

A autora levanta a questão de que pessoas trans são ouvidas nesse meio por utilizarem uma linguagem institucionalizada, o que está relacionado a um questionamento sobre a adequação de pessoas trans para parecem “normais” e se adequarem socialmente. A internet, por mais que seja vista como um meio democrático, não se mostra de todo democrática. A autora, ao analisar o

número de inscritos nos canais analisados, aponta que apenas um de uma mulher trans negra e periférica, que se identifica como travesti, tem um número superior de inscritos. Mesmo que esse não seja o foco do trabalho, é importante sublinhar que a representatividade e a possibilidade de protagonismo que a internet proporciona não deve ser analisada de forma ingênua e despida de uma compreensão interseccional.

Não é apenas uma pessoa trans falando de si, mas é um corpo trans em destaque. Acredito que, ainda que já se trate de um elemento dominante no âmbito do YouTube, este foco na representação audiovisual do corpo trans, naturalizada, humanizada, despida de um olhar alterizante, representa uma ruptura no sistema. Há aí a possibilidade de emergência de um lugar de sujeito diferente para nós, e uma enorme potência de mudança (YU, 2017: 82).

Essas produções atuam como possibilidade de visibilização de pessoas que subvertem à normais socialmente impostas, *“de falar de nós para nós e de nós para os outros, de construir representações alternativas sobre nós, de visibilizar um discurso de resistência ao hegemônico”* (YU, 2017: 90). Além de auxiliar outras pessoas trans no reconhecimento de sua transgeneridade e da possibilidade de se perceber enquanto próximo a outras pessoas que também vivenciam o processo. Essas pessoas são protagonistas e não apenas objetos de piadas, memes e “brincadeiras”.

Diferente do olhar medicalizado ou homogeneizante, os relatos pessoais possuem a força de mostrar que não há uniformidade, mas multiplicidade no interior do espaço vivencial trans. A voz e a variedade de narrativas e experiências permitem uma percepção mais ampliada sobre quem são essas pessoas e o que elas podem almejar, produzir e realizar. Yun (2017) fala sobre a possibilidade de vídeos no YouTube permitirem, mesmo que não de forma restrita, o relato pessoal e próprio de cada pessoa que grava o vídeo, o que podemos expandir para outros espaços de produção de conhecimento, como sites, blogs e redes sociais (Facebook, Instagram, entre outros). Como exemplo de outras plataformas virtuais, citamos a página da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que possui no Facebook um amplo público com 12 mil “curtidas” e representa uma importante função social ao coletar e apresentar dados sobre violência contra pessoas trans que não são identificados em sites “oficiais”. Assim, para além dos relatos individuais, dados são criados e divulgados na internet, importante ferramenta política dessa realidade ainda invisibilizada.

Dessa forma, destacamos que, enquanto a educação não for um direito efetivamente possível para todos, as pessoas que subvertem as normas sociais por serem consideradas, no mínimo, estranhas, teremos apenas poucas representantes construindo esse percurso na direção do reconhecimento e da cidadania plena. A internet se coloca como um espaço possível que, mesmo com algum nível de normatização, permite a expressão de pessoas trans para outras pessoas trans e para pessoas cis abertas ao conhecimento ordinário que escapa da ortodoxia científica oficial.

Considerações Finais

Os estudos sobre pessoas trans ainda estão em via de constituição e de adequada divulgação. Muitos trabalhos científicos identificados nas bases de dados consultadas concentram-se em áreas específicas, necessitando de uma expansão do prisma de assuntos que envolvem pessoas trans. Para além do processo transexualizador e de uma busca por um corpo “adequado” e da violência, pessoas trans são cidadãs que convivem em sociedade e exigem visibilidade.

Apesar de sermos um país com um índice alarmante de violência e assassinatos contra pessoas trans, os movimentos de resistência e existência de pessoas trans se fortalecem na produção e construção de conhecimento sobre e para pessoas trans. Esses conhecimentos, a partir de uma perspectiva da ecologia de saberes, pode permitir que a justiça cognitiva a pessoas invisibilizadas seja possível, permitindo a construção de um espaço próprio em que pessoas trans falem por si.

Referências

- BUTLER, J. (2003). **PROBLEMAS DE GÊNERO: FEMINISMO E SUBVERSÃO DA IDENTIDADE**. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.
- CHANTER, T. (2011). **GÊNERO: CONCEITOS-CHAVE EM FILOSOFIA**. PORTO ALEGRE: ARTMED.
- CHNAIDERMAN, M. (2014). **OS MIL SEXOS DE CORPOS INVENTADOS**. IN: COELHO, MARIA THEREZA ÁVILA DANTAS; SAMPAIO, LILIANA LOPES PEDRAL. **TRANSEXUALIDADES: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR**. SALVADOR: EDUFBA.
- COLLING, L. (2015). **QUE OS OUTROS SEJAM O NORMAL: TENSÕES ENTRE MOVIMENTO LGBT E ATIVISMO QUEER**. SALVADOR: EDUFBA.
- CONNELL, R & PEARSE, R. (2015). **GÊNERO: UMA PERSPECTIVA GLOBAL**. SÃO PAULO: NVERSOS.
- DIAS, LETÍCIA OTERO. (2014). **O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES**. [HTTP://EVENTOS.UFGD.EDU.BR/ENEPEX/ANAIS/ARQUIVOS/318.PDF](http://eventos.ufgd.edu.br/enepe/ANAIS/ARQUIVOS/318.PDF).
- LUGONES, MARIA. (2008). **COLONIALIDAD Y GÉNERO**. TABULA RASA, (9), 73-101.
- LUGONES, MARIA. (2014). **RUMO A UM FEMINISMO DESCOLONIAL**. ESTUDOS FEMINISTAS, FLORIANÓPOLIS, 22(3): 320, SETEMBRO-DEZEMBRO.
- MENESES, MARIA PAULA (2009). **JUSTIÇA COGNITIVA**. IN: CATTANI, A., LAVILLE, J. L., GAIGER, L. I. & HESPANHA, P. (ORG.). DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA. COIMBRA: ALMEDINA, 231-236.
- SALIH, SARA. (2015). **JUDITH BUTLER E A TEORIA QUEER**. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA.
- SANTOS, B. S. (2008). **A ECOLOGIA DE SABERES**. IN: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. A GRAMÁTICA DO TEMPO: PARA UMA NOVA CULTURA POLÍTICA. SÃO PAULO: CORTEZ.
- SANTOS, B. S. (2009). **PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL: DAS LINHAS GLOBAIS A UMA ECOLOGIA DE SABERES**. IN: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA & MENESES, MARIA PAULA. **EPISTEMOLOGIAS DO SUL**. COIMBRA: GRÁFICA DE COIMBRA.

SANTOS, B. S.. PREFÁCIO. IN: GOMES, LINA LINO. **O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR**. RIO DE JANEIRO: VOZES, 2017.

SCHIEBINGER, L. (2001). **O FEMINISMO MUDOU A CIÊNCIA?** BAURU: EDUSC.

SILVA, J. (2018). **IDENTIDADE DE GÊNERO: OS ATOS PERFORMÁTICOS DE GÊNERO SEGUNDO JUDITH BUTLER**. RECIFE: INDEPENDENTLYPUBLISHED.

VALENÇA, M. M. (2015). **ECOLOGIA DE SABERES E JUSTIÇA COGNITIVA. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: UM CASO DE TRADUÇÃO?** COIMBRA. 297 p. TESE (DOUTORADO). PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM PÓS-COLONIALISMOS E CIDADANIA GLOBAL.

VISVANATHAN, S. (2004). **CONVITE PARA UMA GUERRA DA CIÊNCIA**. IN: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. CONHECIMENTO PRUDENTE PARA UMA VIDA DECENTE: 'UM DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS' REVISITADO. SÃO PAULO: CORTEZ.

YU, W. (2017). **É TUDO NOSSO: UM RELATO TRANS A PARTIR DE RELATOS DE PESSOAS TRANS NO YOUTUBE**. MONOGRAFIA (GRADUAÇÃO). FACULDADE DE COMUNICAÇÃO.